STJ00103785 - v.3

Pablo Stolze Gagliano

Juiz de Direito na Bahia. Professor de Direito Civil da UFBA – Universidade Federal da Bahia, da Escola da Magistratura do Estado da Bahia e do Curso LFG. Mestre em Direito Civil pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

Rodolfo Pamplona Filho

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da UNIFACS – Universidade Salvador. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito Civil e em Direito e Processo do Trabalho da Faculdade Baiana de Direito e do Curso de Especialização *on-line* em Direito e Processo do Trabalho da Estácio (em parceria tecnológica com o CERS Cursos *on-line*). Professor Associado da graduação e da pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da UFBA – Universidade Federal da Bahia. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela UCLM – Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil e do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM.

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

Responsabilidade Civil 3

15ª edição

revista e atualizada de acordo com o novo CPC

2017

saraiva jur

STJ00103785 - v.3

ISBN 978-85-472-1478-4 volume 3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ALINE GRAZIELE BENITEZ CRB-8/9922

G128n Gagliano, Pablo Stolze
Novo curso de direito civil, v. 3 : responsabilidade civil / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 15. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

Inclui bibliografia

1. Direito civil – Brasil. 2. Contratos. I. Pamplona Filho, Rodolfo. II. Título.

CDU 347.5(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito civil : responsabilidade civil 347.5(81)

SOMOS EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerente editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Edição Deborah Caetano de Freitas Viadana

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Markelangelo Design e Projetos

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Roney Camelo
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Brasilform Editora e Ind. Gráfica

Data de fechamento da edição: 20-12-2016

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602732 CAE 612602

960682

STJ00103785 - v.3

Índice

Agradecimentos 7
Sobre a Importância do Estudo do Direito Civil 19
Prefácio à Primeira Edição — Responsabilidade a quatro mãos 21
Apresentação da Primeira Edição 25
Nota dos Autores à Décima Quinta Edição 29
Nota dos Autores à Décima Quarta Edição 31
Nota dos Autores à Décima Edição 33
Nota dos Autores à Oitava Edição 35
Nota dos Autores à Sétima Edição 37
Nota dos Autores à Quinta Edição 39
Nota dos Autores à Quarta Edição 41
Nota dos Autores à Terceira Edição 43
Nota dos Autores à Segunda Edição 45
Nota dos Autores à Primeira Edição 47

Capítulo I
INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE JURÍDICA

1. Introdução 49
2. Conceito jurídico de responsabilidade 49
3. Responsabilidade jurídica x Responsabilidade moral 51
4. Responsabilidade civil x Responsabilidade criminal 52

Capítulo II
NOÇÕES GERAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Conceito de responsabilidade civil 57
2. Breve notícia histórica da responsabilidade civil 58
3. Considerações iniciais sobre as espécies de responsabilidade civil.... 61
   3.1. Responsabilidade civil subjetiva x Responsabilidade civil objetiva. 61
   3.2. Responsabilidade civil contratual x Responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana 64

4. Natureza jurídica da responsabilidade civil 67
5. Função da reparação civil 69
6. Importância do estudo da responsabilidade civil 70

Capítulo III
ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1. Uma visão geral dos elementos da responsabilidade civil 73
2. Algumas palavras sobre o elemento (acidental) culpa 74
3. Considerações sobre a responsabilidade civil e imputabilidade 75

Capítulo IV
A CONDUTA HUMANA

1. A conduta humana: primeiro elemento da responsabilidade civil 77
2. Classificação da conduta humana 78
3. A conduta humana e a ilicitude 80

Capítulo V
O DANO

1. Conceito de dano 85
2. Requisitos do dano indenizável 89
3. Espécies de dano: patrimonial, moral e estético 95
4. Dano reflexo ou em ricochete 100
5. Danos coletivos, difusos e a interesses individuais homogêneos 103
6. Formas de reparação de danos 106

Capítulo VI
O DANO MORAL

1. Introdução 109
2. A preocupação do atual Código Civil brasileiro com a questão da moralidade 110
3. Conceito e denominação 111
4. Breve notícia de precedentes históricos sobre o dano moral 112
   4.1. Código de Hamurabi 113

4.2. As Leis de Manu 115
4.3. O Alcorão 115
4.4. A Bíblia Sagrada 115
4.5. Grécia antiga 116
4.6. Direito Romano 117
4.7. Direito Canônico 119
4.8. Evolução histórico-legislativa no Brasil 120

5. Dano moral direto e indireto 123

6. Reparabilidade do dano moral 123

6.1. Argumentos contra a reparabilidade do dano moral 123
6.1.1. Falta de um efeito penoso durável 124
6.1.2. Incerteza de um verdadeiro direito violado 125
6.1.3. Dificuldade de descobrir a existência do dano 125
6.1.4. Indeterminação do número de pessoas lesadas 127
6.1.5. Impossibilidade de uma rigorosa avaliação em dinheiro 128
6.1.6. Imoralidade de compensar uma dor com dinheiro 130
6.1.7. Amplo poder conferido ao Juiz 131
6.1.8. Impossibilidade jurídica da reparação 132
6.2. Natureza jurídica da reparação do dano moral 133
6.3. Cumulatividade de reparações (danos morais, materiais e estéticos) 136

7. Dano moral e pessoa jurídica 136

8. Dano moral e direitos difusos e coletivos 139

9. O dano moral e o meio ambiente de trabalho 140

Capítulo VII
NEXO DE CAUSALIDADE

1. Introdução 143

2. Teorias explicativas do nexo de causalidade 144
2.1. Teoria da equivalência das condições (*conditio sine qua non*) 144
2.2. Teoria da causalidade adequada 146
2.3. Teoria da causalidade direta ou imediata 148

3. Teoria adotada pelo Código Civil brasileiro 150

4. Causas concorrentes 154

5. Concausas 155
6. A teoria da imputação objetiva e a responsabilidade civil 157

Capítulo VIII
CAUSAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL E CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR

1. Introdução 161
2. Causas excludentes de responsabilidade civil 161
   2.1. Estado de necessidade 162
   2.2. Legítima defesa 163
   2.3. Exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal 166
   2.4. Caso fortuito e força maior 170
   2.5. Culpa exclusiva da vítima 175
   2.6. Fato de terceiro 177
3. Cláusula de não indenizar 180

Capítulo IX
A RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E A NOÇÃO DE CULPA

1. Introdução 183
2. Breve histórico e conceito de culpa: da glória ao declínio 183
3. Elementos da culpa 187
4. Graus e formas de manifestação da culpa em sentido estrito (negligência, imprudência e imperícia) 188
5. Espécies de culpa 191

Capítulo X
RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA E A ATIVIDADE DE RISCO

1. Introdução 197
2. A responsabilidade civil objetiva na legislação especial e na atividade de risco 198
3. Como conciliar a responsabilidade civil objetiva e o art. 944, parágrafo único, do atual Código Civil 205

Capítulo XI
RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE TERCEIRO

1. Introdução 209
2. Tratamento legal da matéria 209
3. Responsabilidade civil dos pais pelos filhos menores 214
4. Responsabilidade civil dos tutores e curadores pelos tutelados e curatelados 218
5. Responsabilidade civil do empregador ou comitente pelos atos dos seus empregados, serviçais ou prepostos 221
6. Responsabilidade civil dos donos de hotéis, hospedarias e estabelecimentos educacionais por ato dos seus hóspedes, moradores e educandos 226
7. Responsabilidade civil pelo produto de crime 227
8. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de Direito Público e de Direito Privado 228

Capítulo XII
RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DA COISA E DO ANIMAL

1. Introdução 233
2. A importância do Direito francês 234
3. A doutrina da guarda da coisa e do animal no Brasil 235
4. O responsável civil pela guarda da coisa ou do animal 236
5. Tratamento legal 237
   5.1. Responsabilidade civil pela guarda do animal 237
   5.2. Responsabilidade civil pela ruína de edifício ou construção 241
   5.3. Responsabilidade civil pelas coisas caídas de edifícios 244
6. Questões jurisprudenciais frequentes 245

Capítulo XIII
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

1. Introduzindo este e os próximos capítulos 249
2. Evolução das teorias explicativas sobre a responsabilidade civil do Estado 250
   2.1. Teoria da irresponsabilidade 250

2.2. Teorias subjetivistas 251
2.2.1. Teoria da culpa civilística 251
2.2.2. Teoria da culpa administrativa 252
2.2.3. Teoria da culpa anônima 253
2.2.4. Teoria da culpa presumida (falsa teoria objetiva) 254
2.2.5. Teoria da falta administrativa 254
2.3. Teorias objetivistas 256
2.3.1. Teoria do risco administrativo 257
2.3.2. Teoria do risco integral 257
2.3.3. Teoria do risco social 258
3. Teoria adotada no sistema jurídico brasileiro 258
4. Algumas palavras sobre a responsabilidade civil do agente material do dano 266
4.1. A denunciação da lide 269
5. Prescrição da pretensão indenizatória contra o Estado 270

Capítulo XIV
RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL

1. Noções fundamentais 273
2. Conceito de atividade profissional 273
3. Natureza jurídica da responsabilidade civil decorrente de danos causados no exercício da profissão 274
4. A aplicação do Código de Defesa do Consumidor e do art. 927, parágrafo único, do Código Civil brasileiro de 2002 277
5. Casuística 278
5.1. Responsabilidade civil médica 279
5.1.1. Identificando obrigações de resultado na atividade médica 280
5.1.2. O dever de prestar socorro 282
5.1.3. O erro médico 289
5.1.4. Responsabilidade civil dos hospitais ou clínicas médicas ... 291
5.1.5. Responsabilidade civil das empresas mantenedoras de planos e seguros privados de assistência à saúde 291
5.1.6. Responsabilidade civil odontológica 293
5.2. Responsabilidade civil do advogado 294
5.2.1. Natureza jurídica da obrigação de prestação de serviços advocatícios 295
5.2.2. Responsabilidade civil pela perda de uma chance 295
5.2.3. A ofensa irrogada em juízo e suas consequências 297

Capítulo XV
RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

1. Noções gerais 301
2. Compreendendo a caracterização jurídica da relação de emprego ... 301
   2.1. Considerações terminológicas 302
   2.2. Elementos essenciais para a configuração da relação de emprego. 304
   2.3. Sujeitos da relação de emprego: empregado e empregador 306
3. Disciplina e importância da responsabilidade civil nas relações de trabalho 307
   3.1. Responsabilidade civil do empregador por ato do empregado. 308
   3.2. Responsabilidade civil do empregado em face do empregador. 309
   3.3. O litisconsórcio facultativo e a denunciação da lide 310
   3.4. Responsabilidade civil do empregador por dano ao empregado 312
      3.4.1. Responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho ... 314
   3.5. Responsabilidade civil em relações triangulares de trabalho 320

Capítulo XVI
RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

1. Introdução: o Código de Defesa do Consumidor 327
   1.1. Partes na relação de consumo: fornecedor e consumidor 329
   1.2. Objeto da relação de consumo: produto ou serviço 331
2. Responsabilidade civil pelo fato do produto ou serviço (acidente de consumo) 339
   2.1. A responsabilidade civil dos profissionais liberais 348
   2.2. Prazo prescricional para a pretensão reparatória decorrente do acidente de consumo 350
3. Responsabilidade civil pelo vício do produto ou serviço 350
4. Responsabilidade civil pela inserção do nome do consumidor nos bancos de dados 353

Capítulo XVII
RESPONSABILIDADE CIVIL DO TRANSPORTADOR

1. Considerações iniciais 359

2. O contrato de transporte 361
2.1. Transporte de coisas ou mercadorias 361
2.2. Transporte de pessoas 366
3. Transporte gratuito 373
4. Visão geral sobre o transporte aeronáutico 376

Capítulo XVIII
RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREITEIRO, CONSTRUTOR E INCORPORADOR

1. Noções fundamentais 385
2. Contratos de empreitada, construção e incorporação imobiliária 386
3. Responsabilidade civil do empreiteiro, do construtor e do incorporador 388
4. Incidência do Código de Defesa do Consumidor 397
5. Responsabilidade trabalhista na atividade de construção civil 399

Capítulo XIX
RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

1. Esclarecimento terminológico 401
2. Perspectivas de análise da responsabilidade civil 402
2.1. Responsabilidade civil em face dos seus agentes 402
2.2. Responsabilidade civil em face dos seus clientes/consumidores 402
2.2.1. Responsabilidade civil pelo pagamento de cheque falso 405
2.2.2. Responsabilidade civil pelo furto ou roubo dos bens depositados em cofres bancários 411
2.3. Responsabilidade civil em face de terceiros 413

Capítulo XX
RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DE CRIME

1. Jurisdição civil x jurisdição penal 417
2. Efeitos civis da sentença penal condenatória: a execução civil da sentença penal e a ação civil *ex delicto* 419

STJ00103785 - v.3

Capítulo XXI
A AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (ASPECTOS PROCESSUAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL)

1. Algumas palavras sobre a proposta do último capítulo 423
2. A indenização 423
3. Métodos para fixação da indenização 425
4. Tarifações legais de indenização 427
   4.1. Danos causados por demanda de dívida inexigível 427
   4.2. Danos à vida e à integridade física da pessoa 428
   4.3. Danos decorrentes de usurpação e esbulho 429
   4.4. Indenização por injúria, difamação ou calúnia 429
   4.5. Indenização por ofensa à liberdade pessoal 430
5. Quantificação de indenizações por danos morais 430
   5.1. Critérios de quantificação 431
      5.1.1. Arbitramento 431
      5.1.2. Indenizações com parâmetros tarifados 434
      5.1.3. Outros critérios para fixação de valor de indenização por danos morais 448
   5.2. Algumas palavras sobre o bom-senso do julgador 449
   5.3. Cumulatividade da reparação por danos morais e materiais 454
6. A questão da culpa para a fixação da indenização 454
7. A legitimação para demandar pela indenização 455

Referências 459